

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 4.577.378 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 51.186.235 mil e Ativos Totais de R\$ 57.094.417 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas,

conforme previsto em seu estatuto social. Em 2023 a Sociedade deliberou aos acionistas o montante de R\$ 3.539.689 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio, e R\$ 2.200.000 de Dividendos Extraordinários utilizando parte do saldo de Reservas Estatutárias.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil							
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		4.274.468	4.611.483	Circulante		2.654.969	1.923.937
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7	1.273.976	1.672.810	Impostos e Contribuições a Recolher.....	18h	473	1.894
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados				Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.....	17a	2.638.102	1.905.640
Abrangentes.....	8	1.309.520	1.507.644	Outras Obrigações.....		16.394	16.403
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio a Receber.....	17a	1.690.579	1.430.636	Não Circulante		3.253.213	2.714.223
Outros Créditos.....		393	393	Provisão para Impostos e Contribuições.....	18e	467.340	451.765
Não Circulante		52.819.949	51.718.584	Provisão para Riscos Fiscais.....	11b	2.785.873	2.262.458
Realizável a Longo Prazo		5.842.472	7.140.499	Patrimônio Líquido		51.186.235	51.691.907
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados				Capital social.....	12a	27.500.000	25.500.000
Abrangentes.....	8	1.165.002	2.111.122	Reservas de Lucros.....	12d	22.596.666	26.037.313
Valores a Receber.....	9	-	971.456	Outros Resultados Abrangentes.....		1.089.569	432.930
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	18g	1.153.939	1.215.164	Lucros/(Prejuízos) Acumulados.....		-	(278.336)
Depósitos Judiciais.....	11b	2.572.236	2.082.817				
Créditos Tributários.....	18c	951.295	759.940				
Investimentos	10	46.977.477	44.578.085				
Total		57.094.417	56.330.067	Total		57.094.417	56.330.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2023	2022
Receitas (Despesas) Operacionais		3.730.469	5.592.322
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	10	3.968.544	5.907.946
Despesas Tributárias.....	13	(305.598)	(268.383)
Despesas Gerais e Administrativas.....	14	(4.213)	(47.241)
Outras Receitas Operacionais.....	15	71.736	-
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras e dos Tributos		3.730.469	5.592.322
Resultado Financeiro		729.376	756.738
Receitas Financeiras.....	16	947.259	926.367
Despesas Financeiras.....	16	(217.883)	(169.629)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		4.459.845	6.349.060
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	117.533	(26.216)
Lucro Líquido do Exercício		4.577.378	6.322.844
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas.....	12b	0,58	0,81

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2023	2022	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.459.845	6.349.060	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(3.968.544)	(5.907.946)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras.....	(248.573)	(217.825)	
Lucro Líquido Ajustado	242.728	223.289	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros.....	2.181.250	(49.980)	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações.....	366.492	456.628	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(162.705)	(166.057)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	2.627.765	463.880	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aumento de Capital em Coligadas/Controladas em Espécie.....	(395.093)	-	
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	2.032.932	946.945	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.637.839	946.945	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(4.664.438)	(568.393)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(4.664.438)	(568.393)	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(398.834)	842.432	
Início do Exercício.....	1.672.810	830.378	
Fim do Exercício.....	1.273.976	1.672.810	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(398.834)	842.432	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Sociedade") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB), e fundos de investimentos, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

São classificados como controladas e coligadas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2023 e de 2022, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Legal	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
			Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.000.000	2.299.701	22.609.221	85.526	535.368	-	48.529.816
Ajuste Reflexo de Controlada por Adoção de Novas Práticas Contábeis.....	-	-	-	-	-	(338.069)	(338.069)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	23.000.000	2.299.701	22.609.221	85.526	535.368	(338.069)	48.191.747
Aumento de Capital.....	2.500.000	-	(2.500.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício (1).....	-	-	-	-	-	6.322.844	6.322.844
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(102.438)	-	(102.438)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	6.220.406
Destinações: - Reservas.....	-	313.156	3.229.709	-	-	(3.542.865)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(2.720.246)	(2.720.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.500.000	2.612.857	23.338.930	85.526	432.930	(278.336)	51.691.907
Aumento de Capital.....	2.000.000	-	(2.000.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	4.577.378	4.577.378
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	656.639	-	656.639
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	5.234.017
Destinações: - Reservas.....	-	214.952	544.401	-	-	(759.353)	-
- Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	(2.200.000)	-	-	(3.539.689)	(5.739.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.500.000	2.827.809	19.683.331	85.526	1.089.569	(278.336)	51.186.235

(1) Contempla ajuste de R\$ 59.733, referente a apresentação retrospectiva por adoção das novas práticas, conforme Nota 5a.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2023	2022	
Lucro Líquido	4.577.378	6.322.844	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	656.639	(102.438)	
- Próprios.....	(113.067)	126.544	
- De Coligadas e Controladas.....	769.706	(228.982)	
Total do Resultado Abrangente	5.234.017	6.220.406	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simult

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das demonstrações financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade avaliou as alterações propostas e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações visam definir sobre como avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e qual a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é passível de troca. Em resumo, a possibilidade de troca de uma moeda por outra, deve ser avaliada na data de mensuração e para uma finalidade específica. Caso conclua-se que a moeda é passível de troca, aplica-se os requerimentos do IAS 21. Caso contrário, estima-se a taxa de câmbio à vista na data de mensuração, usando uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de avaliação. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a aplicação antecipada. Não foram identificados impactos na Sociedade.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
				ON	PN		2023	2022	2023	2022
				Bradesco (1)	87100.000		166.330.965	14.251.329	2.430.313	1.292
NCF Participações S.A. ("NCF")	10.458.595	19.262.575	1.469.288	1.367.843	-	39,51	7.610.509	6.813.291	561.302	718.362
Bradespar (2) (5)	4.600.125	7.834.019	1.896.619	50.695	340	12,98	1.017.077	970.725	237.230	474.208
Titanium Holdings S.A. ("Titanium")	410.320	719.610	67.523	52.014	-	47,00	338.208	306.967	31.608	28.835
Ágio - Titanium (4)	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Ágio - Bradesco (4)	-	-	-	-	-	-	4.416	4.416	-	-
Total.....							46.977.477	44.578.085	3.968.544	5.907.946

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2023;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(5) Empresa holding com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Sociedade é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais"; no montante de R\$ 2.572.236 (2022 - R\$ 2.082.817). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devesssem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Provisão para riscos fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
No início do exercício.....	2.262.458	1.824.569
Atualização monetária.....	217.821	169.512
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	305.594	268.377
No final do exercício.....	2.785.873	2.262.458

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2023, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 34.141 (2022 - R\$ 32.817), do qual R\$ 27.041 (2022 - R\$ 25.757) refere-se a cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ e CSLL gerados em exercícios anteriores.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias	7.841.959.524	7.841.959.524
Total.....	7.841.959.524	7.841.959.524

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 24 de abril de 2023, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 2.000.000, elevando-o de R\$ 25.500.000 para R\$ 27.500.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 2.500.000, elevando-o de R\$ 23.000.000 para R\$ 25.500.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	4.577.378	6.322.844
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.841.960	7.841.960
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,58	0,81

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluítivos.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
- Reserva legal (i).....	2.827.809	2.612.857
- Reserva estatutária (ii).....	19.768.857	23.424.456
Total.....	22.596.666	26.037.313

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

17) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Ativos:							
Caixa/Disponibilidades.....	-	-	1.215.489	1.672.810	-	-	1.215.489	1.672.810
Aplicações financeiras.....	-	-	1.165.002	2.111.122	-	-	1.165.002	2.111.122
Valores a receber de ligadas.....	971.456	-	-	-	-	-	-	971.456
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	1.690.579	1.430.636	-	-	1.690.579	1.430.636
Passivos:								
Juros sobre capital próprio a pagar.....	2.225.201	1.607.380	-	-	412.901	298.260	2.638.102	1.905.640

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Receitas/(despesas) de juros/outras.....	109.098	106.446	-	-	-	-	109.098
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio.....	(2.951.030)	(2.267.862)	2.940.507	2.556.624	(588.659)	(452.384)	(599.182)	(163.622)
Receitas/(despesas) de aplicação.....	-	-	352.630	402.612	-	-	352.630	402.612

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação"); e

(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 760 para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.220 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Remuneração.....	757	19.060
Total.....	757	19.060

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.220	23.500
Total.....	2.220	23.500

A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	4.459.845	6.349.060
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.516.347)	(2.158.680)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	1.349.305	2.008.702
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	56.463	68.107
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(999.772)	(869.252)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.203.494	924.884
Outros valores.....	24.390	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	117.533	(26.216)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	(118.949)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias.....	40.752	92.733
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social.....	20.324	-
Prejuízo Fiscal.....	56.457	-
Total dos impostos diferidos.....	117.533	92.733
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	117.533	(26.216)

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional.....	-	5
Fundos de Investimentos (1)	58.487	-
Certificado de depósito bancário (1)	1.215.489	1.672.805
Total.....	1.273.976	1.672.810

(1) Esta aplicação financeira, classificada como equivalente de caixa, tem resgates automáticos diários e são utilizadas para gerenciamento de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a (i) 16.962.687 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.309.520 (2022 - R\$ 1.507.644), sendo o custo atualizado de R\$ 682.896 (2022 - R\$ 682.896), e o ajuste a valor de mercado de R\$ 626.624 (2022 - R\$ 824.748); e (ii) aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.165.002 (2022 - R\$ 2.111.122), sendo o valor de custo atualizado R\$ 1.160.616 (2022 - R\$ 2.133.547), e uma marcação a mercado de R\$ 4.386 (2022 - R\$ (22.425)), com vencimento em junho de 2026.

9) VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022, refere-se a contrato de mútuo no valor de R\$ 971.456, totalmente liquidado em 7 de novembro de 2023.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Em 14 de setembro de 2023, foi aprovada a distribuição para pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.200.000, utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária", não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, os quais foram pagos em 15 de setembro de 2023.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício.....	4.577.378	-	-
Reserva legal	(214.952)	-	-
Base de cálculo ajustada.....	4.362.426	-	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2).....	3.539.689	-	-
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(342.790)	-	-
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2023	3.196.899	-	73,3
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2022	2.456.813	-	41,3

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP Intermediário deliberado em junho/23 no valor de R\$ 388.000 pago em julho/23, JCP Intermediário deliberado em dezembro/23 no valor de R\$ 828.000 pago em janeiro/24, e JCP Complementar deliberado em dezembro/23 no valor de R\$ 2.072.000 a ser pago em julho/24; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Contribuição à Cofins

Contribuição ao PIS.....

Outras.....

Total.....

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Pessoal

Serviços de terceiros

Editais e publicações

Outras.....

Total.....

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Refere-se a indêbitos tributários no montante de R\$ 71.736.

16) RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras:

Juros ativos.....

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuço Cappi

Vice-Presidente

Milton Matsumoto

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha

Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
Maria Angela Aguiar

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuço Cappi

Diretor-Vice-Presidente

Milton Matsumoto

Diretores

Denise Aguiar Alvarez
Rubens Aguiar Alvarez

Vinício Panaro
Contador - CRC 1SP324844/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

